



Campanha Salarial

Sindesv-DF esclarece sobre desconto dos dias parados e do tíquete



Algumas empresas já descontaram o tíquete refeição dos dias parados e devem descontar também dos salários. O Sindicato esclarece que esses descontos ainda são objeto de negociação no Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região (TRT10), com mais uma audiência de negociação marcada para o dia 9 de abril e se tivermos êxito nessa questão, as empresas terão que devolver os valores descontados.

Reconhecemos o quanto esses valores farão falta no orçamento familiar, mas a greve foi uma necessidade, uma vez que os empresários queriam tirar muito da categoria, indo até além da reforma trabalhista, com grandes prejuízos que iriam refletir durante todo o ano e nos

próximos anos também.

Adicional Noturno: pagamento a menor

Algumas empresas estão pagando o adicional noturno a menor, de acordo com o que determina a reforma trabalhista, embora essas empresas recebam o que está na planilha.

O adicional noturno também será objeto de negociação no TRT10 e caso tenhamos êxito, as empresas terão que devolver os valores.

Temos esperança que muitos dos nossos benefícios e conquistas serão mantidos nas negociações no TRT10, o que certamente justificará a nossa greve e a grande luta da categoria para impedir que os empresários colocassem tantos retrocessos em nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Uma greve é feita de muitas batalhas. Podemos perder algumas, ganhar outras, o que não podemos é deixar de lutar, jamais. Sem a luta da classe trabalhadora, o que nos restaria, seria a escravidão.

Vamos confiar e ter fé de dias melhores por causa da nossa capacidade de luta, unidade e mobilização.

Fonte: Sindesv-DF

Senado aprova projeto que endurece pena para explosão de caixas eletrônicos



Projeto eleva em dois terços a pena por roubo quando há uso de explosivos para destruir um obstáculo. Já a prática de furto com o emprego de explosivos passa a ser furto qualificado, com pena de quatro a dez anos de prisão

O Senado aprovou na última semana o projeto que endurece as penas para diversas modalidades de roubo, incluindo o de caixas eletrônicos com o uso de explosivos (PLS 149/2015). O texto final incorporou modificações da Câmara dos Deputados que obrigam os bancos a instalarem dispositivos que inutilizem as cédulas dos caixas atacados. O projeto segue agora para sanção presidencial.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) havia aprovado o texto

original do projeto em novembro. De autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), ele eleva em dois terços a pena por roubo quando há uso de explosivos para destruir um obstáculo. Já a prática de furto com o emprego de explosivos passa a ser uma modalidade de furto qualificado, com pena de quatro a dez anos de prisão.

O furto e o roubo dos próprios equipamentos explosivos também têm suas penas aumentadas: quatro a dez anos de prisão, para o caso de furto, e elevação da

pena em até 50%, para o caso de roubo. Além disso, o roubo realizado com uso de armas também tem sua punição agravada: passa a render aumento de dois terços da pena.

Caso o ato de roubo resulte em lesão corporal grave contra a vítima, a pena para o criminoso passa a ser de 7 a 18 anos de reclusão – atualmente, são de 7 a 15 anos.

Segundo o Código Penal, tanto o furto quanto o roubo são definidos como a subtração de um bem móvel. A diferença entre eles é que, no roubo, há o emprego de violência ou grave ameaça.

Cédulas

Na sua passagem pela Câmara dos Deputados, o projeto foi acrescido da obrigação de os bancos instalarem em seus caixas eletrônicos tecnologias que inutilizem as cédulas em caso de ataque. Eles podem usar dispositivos que dispensam tinta, pó químico ou ácidos ou mesmo que incineram as notas.

As emendas da Câmara estabelecem um cronograma para que os bancos incorporem os equipamentos em todos os seus caixas. As agências de cidades pequenas, com até 50 mil habitantes, terão de se adaptar mais rapidamente, em até 18 meses. As agências de cidades médias, com até 500 mil habitantes, terão 24 meses. Serão 36 meses para as demais.

Emendas acatadas

O senador Dário Berger (PMDB-SC) foi o relator das modificações da Câmara. Para ele, a iniciativa é bem-vinda e atende a demandas da sociedade e do Poder Judiciário por mais segurança e punição.

Sobre as novas regras para os bancos, Dário afirmou que são justas, uma vez que as instituições financeiras têm obrigação de adotar medidas de segurança na prestação de serviços e também têm interesse em coibir as ações criminosas.

– A inutilização das notas parece ser um mecanismo eficiente para a diminuição da frequência de furtos em caixas, pois o proveito do crime não poderá ser utilizado, desestimulando, assim, essa empreitada – observou.

O autor do projeto original, Otto Alencar, também se manifestou favoravelmente aos acréscimos da Câmara dos Deputados. Ele alertou para a presença crescente de quadrilhas “especializadas” em arrombamento de caixas que atuam sobretudo em municípios menores do interior. O resultado, segundo ele, é que os bancos fecham as agências nessas cidades, que são pouco lucrativas, deixando a população sem o serviço.

O senador disse, ainda, esperar que o projeto chame os bancos à responsabilidade de investirem em mais segurança nas agências.

– Ninguém está ganhando mais dinheiro no Brasil do que os bancos. Por que não podem dar segurança aos seus clientes? Não há como os bancos não investirem nessa tecnologia. O Estado é que não pode ser responsável pela segurança bancária. Não pode pagar a conta de quem tem lucros exorbitantes todos os anos – opinou.

Fonte: Agência Senado

Em Brasília, atos serão separados por cerca na Esplanada dos Ministérios

Com receio de conflitos entre apoiadores de Lula e ruralistas, que também têm ato marcado nesta quarta contra o Funrural, governo do DF decidiu reforçar esquema de segurança.



Nesta quarta-feira (4), dia da retomada do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do pedido de habeas corpus preventivo do ex-presidente Lula, que pode evitar que ele comece a cumprir pena depois de ter sido condenado em segunda instância pelo Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4), serão realizados atos em defesa da inocência e da liberdade de Lula em todo o Brasil.

“Lula é inocente, está sendo perseguido por parte do Judiciário e da mídia que não quer que ele volte, mas ele tem o direito de ser candidato nas eleições deste ano. É isso o que a militância dirá nas ruas do país amanhã”, diz o presidente

da CUT, Vagner Freitas.

Segundo Vagner, é o momento de estarmos nas ruas em defesa da democracia e do direito de os brasileiros e brasileiras poderem escolher nas urnas o presidente que querem para o Brasil.

Nas ruas em defesa de Lula e da democracia Em Brasília, a CUT e os demais movimentos populares que compõem as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo se concentrarão no Teatro Nacional, a partir das 12h, e ocuparão o lado norte da Esplanada dos Ministérios. De lá, seguirão em caminhada até o Congresso Nacional, na Alameda das Bandeiras, onde



acompanharão o julgamento do habeas corpus pelo STF até o final.

Os locais e trajeto foram definidos após reunião realizada nesta terça-feira (2), na secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, entre lideranças dos movimentos sociais, sindicais e partidos políticos e representantes do agronegócio.

Os ruralistas marcaram ato para a mesma data contra o pagamento retroativo da taxa do Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (Funrural), julgada constitucional pelo STF no ano passado.

O governo do Distrito Federal, com receio de possíveis conflitos, a exemplo dos ataques criminosos à Caravana de Lula pela região Sul do País, convocou a reunião para organizar a divisão dos atos na Esplanada dos Ministérios.

Ficou definido que a Praça dos Três Poderes será fechada a partir da meia noite desta quarta-feira (4). Haverá uma cerca separando os ruralistas dos manifestantes em defesa de Lula e da democracia. Não estão liberados balões, tendas, projetores laser, infláveis e nem hastes

de bandeiras. A Polícia Militar fará revista dos manifestantes.

Em São Paulo e Salvador, a CUT, junto aos demais movimentos populares e partidos políticos que compõem a Frente Brasil Popular (FBP), realizará panfletagens que sairão dos bairros periféricos até os centros comerciais.

As ações têm o objetivo de dialogar com a população e contar a verdade sobre o julgamento político de Lula. Os movimentos populares e as lideranças políticas irão esclarecer, por meio do contato direto com o povo, que Lula não é o verdadeiro dono do tríplex, como a versão da grande imprensa e de setores do judiciário tenta vender diariamente para a população.

Nos demais estados, atos públicos estão agendados para o período da tarde, após o resultado do julgamento no STF.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF